

## ENTREVISTA: KLAUS REGLING

Diretor-geral do Mecanismo de Estabilidade Europeu

É o representante do maior credor de Portugal na Europa: o MEE emprestou 26 mil milhões de euros que o país terá de pagar nas próximas décadas. Esteve em Lisboa para um debate sobre a zona euro a convite da ministra das Finanças. Faz grandes elogios aos portugueses e espera que estes continuem o esforço de ajustamento nos próximos dez a 20 anos

# “Os portugueses já são um pouco como os alemães”

LUÍS REIS RIBEIRO

**Existe preocupação sobre a sustentabilidade da dívida de Portugal e o seu tamanho. Há tempo suficiente para fazer o ajustamento necessário para cumprir as regras? Não sente que existe, no futuro, o risco de o país não conseguir pagar a tempo?**

Realmente, não acho. Claro que a dívida atingiu um nível alto. Até certo ponto isto era inevitável porque a crise significou uma redução do PIB. Quando o denominador cai, o rácio da dívida sobe. Mas quando o país concluir os principais esforços de reforma existirá uma base nova para um crescimento potencial mais elevado e afastar-se-á destes rácios de dívida muito elevados.

**Deve Portugal pagar mais cedo ao FEEF/MEE como fez com o FMI? Substituir dívida do FEEF por dívida privada não ajudaria porque o nível de dívida continuaria a ser o mesmo. E o problema é que as taxas de juro de mercado seriam mais altas do que as nossas.**

**Ainda há quem levante dúvidas em relação à dívida portuguesa. Porquê? Por causa da economia?** Penso que são principalmente académicos que questionam isso. Pessoas que defendem a necessidade de um *haircut* [redução do capital em dívida] e de uma reestruturação. Não penso que estejam corretos.

**Para cumprir as regras do tratado, Portugal precisa de crescer muito mais rápido do que alguma vez aconteceu no passado. É realista?** Nos próximos dois anos, não, mas ao longo do tempo, sim. O BCE está determinado em fazer subir a inflação até à sua meta de próximo de 2% e não vejo por que razão Portugal não será capaz de atingir taxas de crescimento potenciais de 2%. O crescimento real em Portugal deverá ser mais alto do que o da média da zona euro porque existe um desvio significativo nos níveis de produtividade.

**Com que rapidez?** Acredito que este desvio deverá ser

reduzido de forma significativa nos próximos dez a 20 anos. Com as políticas corretas, Portugal pode crescer muito mais rápido do que a média do euro.

**Um crescimento potencial de 2% é realista?**

É um número por alto. Na zona euro, atualmente, o crescimento potencial é de cerca de 1% a 1,25%. Isto pode ser reforçado com reformas estruturais, embora tenhamos de ser realistas porque a demografia não é muito favorável. Não sei por que razão Portugal não haverá de convergir outra vez como fez no passado.

**Existe compromisso suficiente para isso? No longo prazo, digo.** Para os economistas é muito fácil dizer o que tem de ser feito. Compreendo completamente que a implementação política é difícil em todos os países, sejam pequenos ou grandes. Como economista posso apenas encorajar Portugal e outros a fazerem-no porque a recompensa virá. Hoje, já estamos a ver isso na Europa.

“

*Os investidores não veem uma oposição radical aqui como viram na Grécia”*

”

**Onde?**

Vemos claramente na Irlanda e em Espanha, mas também em países que não atravessaram crises nos últimos anos. Compare França e Alemanha, por exemplo. As pessoas esquecem-se de que entre 1995 e 2005, durante dez anos, França cresceu, em média, por ano, um ponto percentual mais do que a Alemanha. Agora, a Alemanha está melhor do que a França. Porquê? Porque a Alemanha implementou mais reformas do que os outros na última década. É a razão chave.

**Mas antes dessas reformas a Alemanha já era uma economia forte a nível global, não?**

Sim, mas tinha grandes problemas. O maior deles era o desemprego.

Havia à volta de cinco milhões de desempregados, hoje há apenas 2,7 milhões, o que é ainda muito, mas o país tem a taxa de desemprego mais baixa da Europa. Não teve uma crise de acesso ao mercado, mas teve uma crise interna porque havia muita gente desempregada.

**Sente que os portugueses podem ser como os alemães, nesse sentido [reformas]?**

Penso que já são um pouco como os alemães, nesse sentido, porque os portugueses começaram a implementar reformas há cinco anos.

**Com sucesso? Com resultados? Alguns, como as missões do FMI e da Comissão, dizem que as reformas foram anunciadas e que sentem um certo aumento na competência.**

Estou ciente disso. Mas se me está a perguntar: foi um sucesso? Eu digo sim. E não só no acesso ao mercado. Se vir os indicadores da OCDE, do Banco Mundial, do Fórum Económico Mundial, Portugal está no *top 5* dos reformadores.

**Fala com imensos investidores internacionais. Eles estão confortáveis com um cenário de mudança de governo em Portugal, com um possível governo de centro-esquerda socialista, por exemplo?**

Os investidores estrangeiros olham sempre para o ambiente político. E de forma ainda mais atenta depois da crise global ter acontecido. Nas democracias, as mudanças de governo acontecem. Penso que os investidores estão a tomar nota das posições dos diferentes partidos. Eles não veem qualquer partido antieuropeu em Portugal. Não veem um género de oposição radical aqui como viram na Grécia, por exemplo, e penso que isso tranquiliza os mercados.

**Como avalia a saúde do setor bancário português?**

O MEE não está envolvido como outras instituições no acompanhamento do setor bancário, mas após a avaliação completa feita pelo SSM, o supervisor único, em novembro último, a situação parece boa, basicamente. O episódio

## PERFIL

► Nasceu em Lübeck, perto de Hamburgo, na antiga Alemanha Federal (ocidental), a 3 de outubro de 1950. O dia em que os alemães celebram a reunificação do país.

► Fez carreira no público e no privado. Quase quatro décadas.

► Formado em Economia pelas universidades de Hamburgo e Regensburg.

► Chefe do maior credor europeu de Portugal, que tem a haver 26 mil milhões de euros, um terço do empréstimo da *troika*.

► Presidente da Facilidade Estabilidade Financeira (FEEF), nascida em 2010, entretanto descontinuada.

► Diretor-geral do MEE. O mecanismo permanente, inaugurado em outubro de 2012, empresta dinheiro aos países do euro que entrem em crise grave.

► Klaus Regling tem grande experiência nos mercados financeiros. Passou pela gestora privada de fundos, Moore Capital Strategy Group, Londres (1999-2001). Foi economista da Associação Alemã de Bancos e do Ministério das Finanças alemão. Foi investigador na Lee Kuan Yew School of Public Policy (Singapura). Dez anos no FMI, em Washington e Jacarta. De 2001 a 2008 foi ainda diretor-geral para os Assuntos Económicos da Comissão Europeia.

BES foi uma surpresa desagradável, mas foi gerida com sucesso. E de momento não sei de quaisquer problemas significativos. **Os ativos por impostos diferidos não poderão ser um problema? Pode afetar os maiores bancos.** Temos de ver como é que o SSM quer lidar com isso. Não é um problema só de Portugal. Pode afetar pelo SSM, o supervisor único, em novembro último, a situação parece boa, basicamente. O episódio



## Mas existem riscos, certo?

Neste caso, o risco é que um dia a política monetária será revertida. O BCE disse muitas vezes que as ações que está a tomar agora são temporárias, para fazer subir as expectativas de inflação. Esta política irá eventualmente ser revertida e existem riscos associados a isto.

**Em Portugal, o crescimento potencial é muito baixo. O problema pode ser mais severo.**

Sim, isso é outro argumento. Mas primeiro, o impacto imediato é que quando as taxas de juro normalizarem elas conduzirão a défices maiores. Por isso é que é prudente que todos os governos se preparem e não ignorem isto. Não estamos a falar dos próximos meses, mas num risco de médio prazo que é muito provável que venha a acontecer. Portanto, é prudente que se comece já a reduzir os défices.

**Relativamente às reformas da produtividade. Concorda com o FMI quando este diz que o maior problema da economia portuguesa está na falta de competência de gestão no setor privado?**

Quando olhamos para os níveis de produtividade em Portugal, comparados com as médias da União Europeia ou da zona euro, existe uma grande discrepância e uma grande margem para agir. Os aumentos na produtividade têm sido relativamente pequenos durante muito tempo e uma das conclusões é que é preciso fazer algo com os níveis de educação.

**De forma transversal?**

Sim. A produtividade tem muito a ver com o nível de educação, mas há outros fatores. A concorrência, por exemplo. Mais concorrência leva a ganhos de produtividade mais fortes.

**A Grécia precisa de mais dinheiro no curto prazo, certo?**

Penso que há necessidade de mais assistência para que a Grécia continue a honrar a sua dívida. O acesso ao mercado não está disponível de momento e, antes de considerar assistência adicional, os parceiros europeus vão querer ver uma lista abrangente de reformas. Uma lista suficientemente credível para garantir depois que a Grécia consegue regressar a uma situação sustentável, como aconteceu em Portugal e na Irlanda. De momento, não vemos isso.

**Porquê?**

Temos de admitir que o governo grego é ainda bastante novo, passaram apenas cerca de 70 a 80 dias desde que assumiu funções. Muitas vezes nós damos aos governos novos uma margem de cem dias para aprenderem e apresentarem políticas abrangentes. A Grécia ainda não teve tanto tempo. Temos de ser pacientes e esperar que o governo possa respeitar os seus compromissos ao Eurogrupo de 20 de fevereiro e consiga construir um programa de reformas abrangente. Estamos à espera disso.

# “Ninguém se convence que o IMI vai baixar” com a reavaliação

**IMOBILIÁRIO** Governo vai rever zonamento e coeficientes de localização das casas. Proprietários desconfiam

O governo vai rever o zonamento e os coeficientes de localização dos imóveis urbanos, elementos fundamentais na aferição do valor patrimonial tributário que serve de base ao cálculo do imposto municipal sobre imóveis (IMI), com o objetivo de os ajustar ao real valor do mercado. Luís Menezes Leitão, presidente da Associação Lisbonense de Proprietários, considera a medida positiva e que só peca por tardia, mas lamenta que tenha de ser o contributo a pedir a reavaliação para beneficiar dos novos coeficientes. Já António Frias Marques, da Associação Nacional de Proprietários, não acredita que esta revisão tenha em vista outra coisa que não seja o aumento da receita fiscal. “Ninguém se convence de que vai ser dado um bolo aos pobres. Eu garanto que a receita fiscal vai aumentar [com esta medida]”, diz.

Os “peritos das Finanças vão passar o país a pente fino” para rever o zonamento e os coeficientes de localização dos imóveis urbanos, revelou Paulo Núnzio, em declarações ao *Jornal de Negócios*. O

secretário de Estado dos Assuntos Fiscais justifica a revisão como um “passo decisivo para consolidar a reforma da tributação do património urbano e ajustar efetivamente o valor patrimonial tributário dos imóveis ao seu valor real de mercado”. O trabalho já arrancou e o Governo conta que esteja concluído até ao final do verão.

“O único objetivo da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais é aumentar a receita”, garante António Frias Marques, em declarações ao DN/Dinheiro Vivo. O que não significa que concorde com o atual sistema de zonamento. Bem pelo contrário. “O zonamento é criticável a todos os níveis e tudo isto está mal desde o princípio, desde que a primeira versão do IMI foi revista e os coeficientes de localização, que já iam de 0,4 a 2, passaram para um intervalo de 0,4 a 3,5”, diz, acrescentando que o coeficiente mais alto “atrai o IMI para valores estratosféricos”. E o problema, garante, “é que não conhecemos nenhum imóvel situado no coeficiente 0,4, mas não faltam exemplos em Lisboa de imóveis de coeficiente 3 e 3,5, o que é um exagero e continuamos a lutar para que o coeficiente máximo volte a ser o 2”.

Frias Marques defende ainda que qualquer eventual redução do valor patrimonial tributário, e consequente descida na fatura do IMI, terá de ser automática e não depender de um pedido do contribuinte. Luís Menezes Leitão concorda e invoca mesmo o princípio da boa-fé a que a própria Lei Geral Tributária obriga. “Se as Finanças sabem que estão a cobrar um valor indevido de IMI porque o coeficiente de localização mudou, não podem continuar a cobrá-lo à espera que seja o contribuinte a requerer a alteração. Essa situação tem de ser rapidamente corrigida”, defende.

Menezes Leitão aplaude a decisão de rever o zonamento. “Há imenso tempo” que a Associação Lisbonense de Proprietários vinha alertando para a existência de valores “completamente desfasados” da realidade do mercado. “Mas vale tarde do que nunca”, sublinha.

Os portugueses irão, este ano, ser chamados a pagar 1,52 mil milhões de euros de IMI, depois de no ano passado terem liquidado 1,43 mil milhões. São mais 6,3%.

ILÍDIA PINTO

## PREÇOS

## Inflação sobe pela primeira vez este ano

► Os preços no consumidor aumentaram 0,3% em março, depois de terem caído 0,2% no mês anterior. É a primeira subida da inflação desde novembro do ano passado e o valor mais alto do índice de preços no consumidor (IPC) desde janeiro de 2014, de acordo com os números revelados ontem pelo INE. A pesar no bolso dos portugueses está o agravamento nos preços das comunicações (+3,63%), seguido das bebidas alcoólicas e tabaco (+2,60%). Também os restaurantes e os hotéis estão mais caros, com um aumento de 1,98% em relação ao ano passado. Pelo contrário, o vestuário e calçado, com uma quebra de 1,99% nos preços, contribuiu para arrefecer a subida da inflação, fruto dos saldos e promoções. Assim como as atividades de lazer, recreação e cultura (-0,93%).